



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Trairão
Coordenadoria do Controle Interno

ANEXO III: Parecer Final de Regularidade do Controle Interno

PARECER DE LICITAÇÃO: N°014/2021-CCI/PMT

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art.11, da RESOLUÇÃO N° 11.535/TCM, de 01 de julho de 2014, este Controle Interno **DECLARA**, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do Processo n° 1401001/2021D, referente a Contratação Direta (**DISPENSA DE LICITAÇÃO**) n° 1401001/2021D com vigência de 15 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FINS NÃO RESIDENCIAL ONDE O MESMO SERÁ UTILIZADO COMO DEPOSITO/ALMOXARIFADO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO EM DESUSO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRAIRÃO DURANTE 48 MESES.**

Celebrado pela **CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** no valor global de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais) através do Contrato n° 1501001/2021FMS, com o **CONTRATADO: WELTON JOSÉ DE MORAES.**

Sendo nomeado servidor:

TADEU PEREIRA DOS SANTOS, portadora do CPF n° 871.019.042-20 como **Fiscal de Contrato**, através da Portaria n° 004/2021 para o Contrato n° 1501001/2021FMS.

Com base nas regras insculpidas pela Lei n°8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos e Parecer Jurídico favorável. E, declara ainda que o Processo Licitatório encontram-se:

(x) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade, contratação, portaria de designação de fiscal e parecer jurídico, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade, contratação, portaria de designação de fiscal e parecer jurídico, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a(s) seguinte(s) ressalva(s):...

() Com irregularidade(s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumerada(s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório, supramencionados encontram-se em ordem, podendo a Administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, **DECLARA** estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Trairão - PA, 12 de fevereiro de 2021.

Responsável pelo Controle Interno:

Raimundo Nonato Pereira Chaves
Assinatura